

APÊNDICE I – INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Sete momentos na história de um Museu: Museu Municipal Dr. Santos Rocha (1892 – 2014)

Este foi o nome escolhido para designar o presente Relatório de Projeto e a Exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

Para iniciar a reflexão, recupera-se o pensamento de Rivière, famoso museólogo francês que tanto influenciou a museologia portuguesa e que transmite na perfeição o projeto do edifício e do arquiteto que projetou o atual Museu:

O sucesso dum museu não se mede pelo número de visitantes que recebe, porém pelo número de visitantes aos quais tem ensinado alguma coisa. Não se mede pelo número de objectos que expõe, porém pelo número de objectos que os visitantes têm logrado apreender no seu contorno humano. Não se mede pela sua extensão, porém pela quantidade de espaço que o público pode de maneira razoável percorrer com o objectivo dum verdadeiro aproveitamento. Isso é o museu. (1994, p. 25)

1. “Pré-história” do Museu Municipal da Figueira da Foz (1882 – 1894)

1.1. A Figueira da Foz nos finais do século XIX

Nos finais do século XIX, a Figueira da Foz era uma cidade que apresentava um acelerado desenvolvimento demográfico, comercial e industrial para a sua época. Os anos que compreendem o período de 1870 a 1900 correspondem, efetivamente, à sua *Belle Époque*. Elevada à categoria de vila em 1771 e, cem anos depois, a cidade, a Figueira da Foz vai destacar-se por uma forte ligação ao mar, salientando-se o peso crescente da sua vertente turística e a publicidade feita às qualidades das suas praias. Segundo Ramalho Ortigão, trata-se pois *da mais linda praia de Portugal* e acrescenta *ainda que (...) a grande bacia compreendida entre o Cabo Mondego e a embocadura do rio desenha uma curva encantadora, lembrando os mais risonhos e mais doces golfos do Mediterrâneo.* (s/d, p. 289)

O turismo vai, certamente estar na origem de enormes transformações na sociedade e economia da cidade. Numa tentativa de igualar a Figueira a Cascais, é construída uma rede de infraestruturas hoteleiras com capacidade para acolher um número cada vez maior de turistas, bem como outros espaços de lazer e sociabilidade *onde os veraneantes podiam conviver e combater o tédio quotidiano resultante de um repetitivo dolce farniente* (Cascão, 1999, p. 95). Nesta mesma obra, Cascão apresenta a evolução dos equipamentos de lazer que foram sendo construídos na cidade, foi o caso da Assembleia Recreativa, criada em 1869 e vocacionada para a organização de bailes e reuniões sociais, do Teatro Príncipe D. Carlos, inaugurado em 1874, do Grémio Lusitano, fundado em 1882 e do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, que abriu ao público em 1884.

O Teatro-Circo acabará por ser transformado num espaço de jogo, em 1895, denominado Casino Peninsular, o primeiro casino do país. Um pouco mais tarde surge o Casino Mondego (1888) e o Casino Oceano (1898), testemunhos do dinamismo económico e cultural da cidade, sobretudo durante a época balnear, quando esta era um grande polo de atração para os visitantes, que dispunham de uma considerável panóplia de eventos e atividades culturais para ocupar o seu tempo de lazer.

É neste contexto de efervescência cultural que, em 1892, um dos mais ilustres cidadãos da Figueira, o Dr. António dos Santos Rocha, propõe à Câmara Municipal a criação de um museu, *onde pudesse com proveito público albergar-se o espólio arqueológico já recolhido na Serra da Boa Viagem*. (Azevedo, 1994, p. 15) O vasto conjunto de artefactos já havia sido alvo de inúmeras publicações da sua autoria em conceituados jornais e revistas, como a *Correspondência da Figueira* (1876-1894), *Portugália* e *O Arqueólogo Português*, de maneira que, com o apoio de um grupo de amigos e colaboradores, locais e externos à cidade, a ideia é aprovada em reunião de câmara e, em apenas dois anos, o Museu Municipal da Figueira da Foz é organizado e abre as suas portas ao público.

1.2. O Dr. António dos Santos Rocha: nota biográfica



Imagem I – Retrato do Dr. António Santos Rocha¹

Mas, afinal, quem era este cidadão que, em apenas dois anos, conseguiu organizar, montar e abrir o museu ao público? Qual era a natureza da sua influência e os recursos de que dispunha? A biografia apresentada por José Lopes de Azevedo (1994) nas comemorações do centenário do Museu Municipal da Figueira da Foz e no folheto da *Evocação de António dos Santos Rocha 100 anos após a sua morte*, (2010) contêm informações que podem lançar algumas luzes sobre traços da sua personalidade e as motivações para o empreendimento do primeiro museu municipal do país.

António dos Santos Rocha, filho de Manuel dos Santos Rocha, proprietário e antigo capitão da marinha mercante, e de Maria Adelaide de Souza, nasceu a 30 de Abril 1853 e morreu precocemente a 28 Março de 1910, na Figueira da Foz. Na sequência da conclusão dos ensinamentos primários, foi enviado para Coimbra, onde deu continuidade à sua educação no Colégio de S. Bento, seguindo depois para a Faculdade de Direito, terminando a sua formação com distinção (bacharelato) em 1875.

Já bacharel mudou-se para Lisboa, dando início à sua prática como advogado com José Adolfo Troni. Permaneceu, todavia, apenas um ano na capital, regressando à Figueira da Foz em 1876, onde abriu o seu próprio consultório. A 11 de Setembro de 1880 contraiu matrimónio com Maria Joana dos Santos Pereira Jardim, filha de um abastado

¹ Quadro a óleo do Dr. António dos Santos Rocha, atualmente exposto numa das Salas da Exposição permanente no piso inferior do Museu Municipal da Figueira da Foz.

figueirense. A associação a esta família vai ter repercussões relevantes na sua atividade política, cívica e científica.

Entretanto, tornou-se uma figura conhecida pelos estudos desenvolvidos na área jurídica, de tal forma que o seu caso mais importante, *A décima de juros segundo o Direito vigente*, é publicado pela Imprensa da Universidade em 1883. Era admirado pelos seus pares pelo profissionalismo e empenho demonstrado na construção dos seus casos, que abrangiam uma grande diversidade de temas, como as águas, compáscuos, tributos foraleiros, vínculos, doações e/ou paternidades ilegítimas.

Também o serviço público prendeu a sua atenção, levando-o a desempenhar os cargos de Provedor da Misericórdia da Figueira da Foz entre 1876 e 1881, sendo posteriormente nomeado Provedor Honorário, Presidente e secretário da Associação Comercial da Figueira da Foz, Vereador municipal em 1887, e Presidente da Câmara Municipal, entre 1878 - 1880 e 1902 - 1904. Como presidente da Câmara Municipal, publicou vários trabalhos na área judicial, como os *Códigos de posturas municipais do concelho em 1877 e 1902*, este último considerado *como o mais perfeito do reino pelo então Secretário-geral dos Negócios do Reino*. (Azevedo, 1994)

Foram, porém, a História e a Arqueologia que exerceram sobre o seu espírito erudito o maior dos fascínios. Em 1883, realizou a sua primeira viagem a Espanha, publicando de seguida as *Cartas de Andaluzia*, obra que *anuncia claramente o seu percurso pelos estudos históricos* (Azevedo, 1994) e coincide igualmente com o início da investigação arqueológica no concelho da Figueira da Foz. Santa Olaia, situada junto a Maiorca, foi a estação escolhida para estudar, pesa embora conciliasse o seu estudo com os trabalhos realizados em Crasto e Chões, ainda no concelho da Figueira da Foz. Entre 1888 e 1891 escreveu e publicou a obra *Antiguidades pré-Históricas do concelho da Figueira* com a edição de dois volumes e, em 1893, os *Materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII*, obra que dedicou aos seus conterrâneos. (Azevedo, 1994)

Recorreu ao periódico *Correspondência da Figueira* (1876-1894), do qual foi diretor, para dar a conhecer ao público os primeiros frutos do seu labor histórico-arqueológico.

Cedo porém, excedeu tal veículo de divulgação, através de publicações especializadas. (Azevedo, 1994)

Foi, naturalmente, o grande impulsionador do Museu Municipal da Figueira da Foz, inaugurado em Maio de 1894, instituição que dirigiu até ao seu falecimento. Paralelamente, envolveu-se na fundação da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, sendo eleito presidente na primeira sessão plenária em 1898. Mais tarde, em Outubro de 1903, por vontade de todos os sócios, o nome da Sociedade altera-se e passa a ser conhecida como Sociedade Arqueológica Santos Rocha, uma importante homenagem para aquele que desempenhou um papel ímpar no plano da *divulgação científica das colecções do Museu, sobretudo com a organização de sessões para a apresentação de trabalhos de relevante valor cultural e científico*. (Azevedo, 1994) O Boletim da Sociedade Arqueológica começa a ser publicado em 1909, um ano antes da sua morte.

O Dr. António dos Santos Rocha foi ainda sócio do Instituto de Coimbra, da Sociedade Carlos Ribeiro no Porto e membro honorário da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses. Foi vogal delegado da Comissão dos Monumentos Nacionais e, mais tarde, recebeu a Comenda da Ordem de Santiago pelo inestimável serviço público que prestou. Após a sua morte, em 1910, a Sociedade Arqueológica extinguiu-se e com ela cessou a publicação do Boletim. Também o Museu Municipal se ressentiu bastante com a ausência do seu fundador.

Numa última e sentida homenagem a este ilustre cidadão figueirense, figura ímpar da Arqueologia e História local: *a Câmara Municipal delibera que o Museu que fundou se passe a denominar Museu Municipal Dr. Santos Rocha e que nele seja colocado o seu busto e lápide comemorativa, “em homenagem ao homem que pelo seu trabalho, dedicação e sabedoria o fundou e elevou a Figueira da Foz ao nível dos grandes centros arqueológicos nacionais*. (Ata da Câmara Municipal, 1910)

1.3. Os antecedentes do Museu Municipal da Figueira da Foz

A análise da documentação existente, relacionada com os pedidos feitos pelo Dr. António dos Santos Rocha à Câmara Municipal da Figueira da Foz e as respostas

obtidas, permite a elaboração de uma linha cronológica e documental, que se inicia com o primeiro pedido para a criação do Museu Municipal e termina na data da sua inauguração. O primeiro documento oficial resulta num pedido formal sob a forma de um ofício, apresentado e discutido em sessão de Câmara. Através deste ofício, o Dr. Santos Rocha procura argumentar a favor da criação do museu, sublinhando a sua importância para o desenvolvimento cultural da cidade.

Officio do Bacharel António dos Santos Rocha, d'esta Cidade, de 22 do corrente, que tendo há mezes exposto verbalmente ao Presidente d'esta Câmara a conveniência de instituir nesta cidade um muzeu municipal, destinado principalmente agoardar (sic) e expor os resultados que desde 1886 tem emprehendido sobre a Prehistoria do Concelho, evitando que collecções ethnographicas e anthropologicas de alguma importancia que de direito pertencem á Figueira, vão ornar outros muzeus, ou se percam no futuro entre mãos de particulares. (...) administrar e ornar o muzeu, gratuitamente enquanto outro mais apto não tomar exclusivamente esse cargo. (Ferreira, 1994, p. 77)

Procura, igualmente, focar a absoluta necessidade de salvaguardar as coleções arqueológicas, etnográficas e antropológicas, por se tratar da história da Figueira, do património material e cultural da sua comunidade, dispondo-se a administrar o museu sem qualquer encargo financeiro para a Câmara Municipal. A deliberação da Câmara Municipal é bastante positiva, uma vez que além de aceitar a ideia e oferta do Dr. Santos Rocha, declara no mesmo despacho a vontade de que, ao mesmo tempo, se instituísse uma biblioteca municipal².

Encontrava-se, porém, o executivo em final de mandato (22 Novembro 1882) e o Dr. Santos Rocha vê-se obrigado a renovar o seu pedido a 8 de Janeiro de 1883. O assunto é retomado pela nova vereação na sessão de 11 seguinte, anuindo em tudo o proposto

² É interessante que desde o primeiro pedido realizado por parte do Dr. António Santos Rocha que a Câmara Municipal da Figueira da Foz sempre apoiou a ideia e deu meios para que fosse real, mas ao mesmo tempo consideram importante que conjuntamente com o Museu seja constituída uma biblioteca municipal. Tal fato vai acontecer em 1894 e ao mesmo tempo quando em 1963, surge o projeto de construir de raiz um novo museu é igualmente pensado e construído um conjunto arquitetónico que integra o Museu, a Biblioteca e um Auditório.

e deliberando fornecer a casa necessária para as instalações, arrendando para o efeito parte do antigo palácio dos Condes de Figueira, a chamada Casa do Paço. (Ferreira, 1994, p. 78)

Com a deliberação da Câmara Municipal, o Dr. Santos Rocha reúne um grupo de amigos e apresenta uma proposta para a conceção de uma comissão administrativa para a organização da nova instituição cultural que iria nascer na cidade. Mais uma vez a sua proposta é aceite e a 18 de Janeiro de 1893, a Câmara nomeia o Dr. Santos Rocha para diretor do futuro Museu Municipal da Figueira da Foz. De acordo com estudo realizado por Ana Margarida Ferreira (1994), no âmbito da comemoração do centenário da inauguração do Museu, a vertente política e de propaganda foram trabalhadas de uma forma extremamente inteligente: *Uma intensa actividade de propaganda foi lançada, com o objectivo de recolher fundos financeiros e especialmente materiais para as colecções, cujas listas passaram a ser publicadas regularmente na imprensa local.* (Ferreira, 1994, p. 78)

A comissão aproveitou a *Gazeta da Figueira* para dar a conhecer as diversas manifestações do apoio da comunidade figueirense, sob a forma de doações ou outro tipo de colaboração, mas também os trabalhos que se realizavam no Museu, entre outros aspetos. Em abril de 1894, a instalação do Museu estava concluída. (Ferreira, 1994, p. 78)

No entanto, não eram apenas as questões relacionadas com o edifício ou as colecções que preocupavam o Dr. Santos Rocha e a sua comissão administrativa. Na proposta de 1893, apresentada à Câmara, o grupo destaca a importância de uma linha orientadora para o museu e de um conceito museológico, de maneira que declaram que, de acordo com a sua visão, o museu teria um cariz *archeologico, etnográfico e industrial*. (Actas: 1893, livro 750).

Relativamente à comissão administrativa, esta era constituída por oito membros efetivos oriundos da Figueira da Foz e quatro personalidades como membros honorários. No primeiro grupo incluíam-se o Dr. Francisco Maria de Lima Nunes, médico, eleito presidente da comissão na primeira reunião, o Dr. António Alvares

Duarte Silva, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietário e profundo conhecedor de numismática e medalhística, o Dr. Frederico Nogueira de Carvalho, médico figueirense, o Dr. Joaquim da Silva Cortesão, o Dr. Eduardo Augusto Ferreira Barbosa, Francisco Ferreira Loureiro, silvicultor, João José da Silva Costa, banqueiro e diplomata, e Joaquim de Campos Ribeiro, presidente dos Bombeiros Voluntários (1884-1885). Na ata de 23 de Fevereiro de 1894, registou-se a incorporação de Augusto Goltz de Carvalho, professor em Buarcos, *cujos conhecimentos tanto sobre assumptos históricos como de história natural, muito podem aproveitar ao museu especialmente na fundação da collecção conchiologica da nossa costa marítima*. (Ata, 23 Fevereiro 1894) O grupo dos membros honorários era constituído pelo Conselheiro Joaquim Filipe Nery Delgado, general do Exército e Diretor da Segunda Comissão de Geológica de Portugal, Adolpho Ferreira Loureiro, general do Exército e presidente das associações dos Engenheiros Civis Portugueses e dos Arqueólogos Portugueses, e Dr. Pedro Augusto Ferreira, abade de Miragaia e publicista. Mais tarde, em 1895, a comissão propõe à Câmara que fossem também nomeados D. Francisco Cobes, sacerdote de Talavera de la Reina e o Monsenhor Cónego Joaquim Maria Pereira Botto, fundador e conservador do Museu de Faro, agradecendo os *serviços que têm prestado e estão prestando ao nosso estabelecimento*. (Ferreira, 1994, p. 79)

O Dr. Santos Rocha referia-se ao Museu como sendo um “estabelecimento”, ou seja, um local apropriado para expor objetos, mas que apenas podia existir se fosse também um espaço recetivo a visitantes, onde estes pudessem entrar e admirar as peças expostas. Trata-se, efetivamente, de um termo comum da linguagem museográfica da época, caracterizada pela criação de museus que muito se pareciam com gabinetes de curiosidades.

2. O Museu Municipal da Figueira da Foz na Casa do Paço (1894 – 1899)

Quando o Museu Municipal da Figueira da Foz foi inaugurado no dia 06 Maio de 1894, a comunidade figueirense já se encontrava afetosamente envolvida no projeto. Com efeito, tratava-se de uma instituição reconhecidamente importante ao ponto de, quatro dias antes da inauguração oficial, o governo a agraciar com um louvor, através

de um diploma assinado por João Ferreira Franco Pinto Castello-Branco, ministro da Pasta de Secretário de Estado do Reino.

“Determina sua magestade el-rei, que o governador civil do districto de Coimbra, em nome do mesmo Augusto Senhor, louve a Camará Municipal do concelho da Figueira da Foz, a Comissão Administrativa do Museu Municipal d’esta cidade e o conservador respectivo, bacharel António dos Santos Rocha, pela desvelada e perseverante solicitude com que se houveram para a installação do mesmo museu, contribuindo assim efficazmente para dotarem o município com tão útil estabelecimento. Paço, em 2 de maio de 1894. — João Ferreira Franco Pinto Castello-Branco. (Rocha, 1853-1910, p. 6)

Curiosamente só a 08 de Setembro de 1894 é que surge uma notícia no mais prestigiado jornal da Figueira – *Gazeta da Figueira* - alusiva à inauguração e importância do Museu, intitulada “O nosso Museu”, uma reprodução de um artigo do *Primeiro de Janeiro* do Porto:

O Museu, cuja ordem e installação é excelente, acha-se dividido nas seguintes secções: secção industrial, abrangendo os principais artefactos que o concelho produz; secção d’archeologia histórica, encerrando os objectos d’arte ou industria das épocas históricas passadas; sala da comparação, comprehendendo os productos dos selvagens actuaes da África e América; secção d’archeologia prehistorica, contendo os principais resultados dos trabalhos que o Sr. António dos Santos Rocha, mui digno conservador do museu, tem feito sobre a prehistoria do concelho. Por estas duas salas vê-se a relação que existe entre as numerosas peças do mobiliário do selvagem dos nossos tempos e as do mobiliário do homem neolítico. Decoram a sala d’archeologia prehistorica alguns bem executados quadros representando scenas d’essa terrível e sombria época em que o homem vivia internado em florestas gigantes, entre os animais ferozes. (Gazeta da Figueira, 1894, p. 5)

A leitura deste artigo e a visualização das fotografias das salas do Museu, aquando da sua inauguração na famosa Casa do Paço, permitem concluir que a exposição seguia as tendências mais modernas dos museus nacionais e internacionais.

2.1. A Casa do Paço na Figueira da Foz



Imagem II – Casa do Paço, com pormenores dos azulejos holandeses (Figueira Digital)

A Casa do Paço era um edifício que inspirou desde sempre uma grande admiração na população. João Miguel dos Santos Simões chega mesmo a publicar, em 1947, a obra *A Casa do Paço da Figueira e os seus Azulejos*, descrevendo o belíssimo edificado da seguinte forma:

Mas, ainda sem sair da Figueira da Foz, ali no centro da Cidade Velha, decerto o impressionará o casarão que alinha com a doca, a imponente «Casa do Paço», flanqueada de seu torreão senhorial a atestar a presença de passada grandeza! Se a curiosidade o solicitar, poderá visitar-lhe o interior, e então verá, entre surpreendido e maravilhado, o mais vasto e variado repositório de estranhos azulejos existente em Portugal, e, diga-se desde já, o mais extraordinário, no seu género, em todo o Mundo. (Simões, 1972)

Classificada como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20) em 1967, a Casa do Paço destaca-se ainda hoje na malha urbana da

Avenida Marginal pela sua imponência, rigidez arquitetónica e dimensões. A sua edificação deve-se à iniciativa do Bispo-Conde de Coimbra, D. João de Melo, que pretendia que esta fosse a sua moradia de descanso e veraneio, fora da cidade de Coimbra. Embora não se saiba ao certo qual a data da sua construção, a análise da sua linguagem arquitetónica permite balizá-la entre 1690 e 1704, ano da morte do prelado. Com o seu falecimento, interrompem-se os trabalhos de construção e a Casa fica inacabada.

Também o nome do arquiteto do projeto permanece desconhecido, pesa embora estudos recentes, realizados por vários investigadores como José Pedro Borges (1991), aproximem este género de arquitetura a outros edifícios patrocinados pelo Bispo D. João de Melo, nomeadamente o do Convento de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra, concebido por frei João Turriano (engenheiro-mor do Reino e lente de Matemática na Universidade de Coimbra). Segundo José Pedro Borges (1991, pp. 48-49), as semelhanças que ambos os edificadados evidenciam manifestam-se no desenho das fachadas Norte e na distribuição espacial dos interiores.

Relativamente à sua estrutura arquitetónica, verifica-se que a Casa do Paço possui uma planta em forma de U, com um pátio interno e a fachada principal paralela ao rio Mondego, rematada, numa das extremidades, por uma imponente torre, com cobertura em cúpula com lanternim falso. De acordo com o projeto, uma outra torre deveria ter sido erguida no lado oposto, mas a morte de D. João de Melo impediu a concretização integral do que fora planeado. O alçado é ritmado pela abertura simétrica de portas, no piso térreo, e janelas de sacada, no andar nobre, apontando para um gosto barroco, mas onde impera a sobriedade e a depuração. As extremidades são marcadas por pilastras e as janelas destas secções são encimadas por um frontão triangular. (Borges, 1991, p. 48)

No entanto, apesar da sua sumptuosa fachada e grandiosidade de todo o edifício, são os azulejos holandeses no seu interior que ganham um significado especial. Não existe documentação que esclareça como tão grande número de azulejos holandeses, produzidos em Roterdão, nos primeiros anos do século XVIII, na olaria de Delftsevaart, parte em tons de azul e outros em manganés, surgem na Casa do Paço. Umas das

histórias que se contam liga a sua presença à recuperação da carga de uma fragata holandesa que terá arribado ou naufragado junto à Foz, em 1706, a qual teria sido posteriormente vendida pela Alfândega, e adquirida pelo proprietário da Casa. Outra justificação é que sejam *fruto de uma encomenda específica dos descendentes de D. João de Mello. De facto, é conhecido o gosto e a encomenda de exemplares holandeses para decoração da sua casa em Lisboa de D. Pedro de José de Mello.* (Borges, 1991, p. 49) *Na Casa do Paço encontram-se quase 6700 azulejos, holandeses, de figura avulsa, a decorar as salas do piso nobre. Sabe-se que a atual sala da receção e a sala do torreão já tiveram azulejos, os quais foram removidos em 1865 pela entidade que à época estava sediada naquele piso.* (Meco, 1986, p. 148)

Atualmente encontram-se três géneros de azulejos na Casa do Paço: azulejos com desenhos de paisagens campestres, azulejos com desenhos de cavaleiros em variadas posições e azulejos com representações de episódios bíblicos. Todos eles possuem cercaduras azuis com interiores a manganés, e vice-versa, denunciando uma sensibilidade decorativa (onde o pormenor do desenho se perde para favorecer o efeito de conjunto) apenas acessível aos azulejadores portugueses, responsáveis pela sua aplicação. Por outro lado, a presença de letras junto de alguns cavaleiros tem levantado problemas de identificação, que Santos Simões interpretou como referências a Guilherme III de Inglaterra, Maria, mãe de Guilherme e rainha de Inglaterra, Carlos II de Inglaterra e Frederico I que ajudou Guilherme III. (IGESPAR: 2014)

Após o falecimento do Bispo-Conde de Coimbra, em 1704, a Casa do Paço passou para o seu sobrinho, o cónego D. José de Melo e Mendonça, que instituiu o morgadio da Figueira, no qual está incluído não só a Casa do Paço, mas também as marinhas e terras de cultivo, e o deixou para o seu sobrinho D. Pedro José de Melo Homem (1735). O morgadio passa depois de geração em geração até que, em 1821, Frutuoso José da Silva, um importante negociante de Coimbra, celebra uma escritura de empenhamento do morgadio ao 1º Conde de Murça.

Já na terceira geração de Condes de Murça, o Comendador José António Leite Ribeiro, vende a Casa do Paço a Manuel dos Santos Júnior que, em 1881, recebeu o título de 1º

Barão do Paço da Figueira. Entretanto, desde meados do século XIX, o edifício era o centro da vida social e associativa da Figueira da Foz, tendo sido sede, por exemplo, de um Teatro (ca. 1823-1860) e da Assembleia Figueirense (1857-1879). Em 1882, o rei D. Luís vem à Figueira da Foz para inaugurar a Linha da Beira Alta e a recepção à comitiva real teve lugar na Casa. Em 1894, António dos Santos Rocha funda o Museu Municipal, sediado em Casa do Paço, onde esteve até ser transferido para o edifício da Câmara Municipal, em 1899. Mais tarde foi sede do Ginásio Clube Figueirense (1922-1930) e da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (1922-2005), entre outros. Atualmente, o piso nobre é propriedade da Câmara Municipal da Figueira da Foz e o seu piso térreo foi transformado e aproveitado para área comercial. (C.M.F.F., 2014: Casa do Paço)

2.2. Condições museográficas e a organização das salas do museu

O Dr. António dos Santos Rocha e a sua Comissão Administrativa, antes de iniciarem a organização física das coleções que iam integrar as diferentes salas de exposição, apresentaram um anteprojeto do Regulamento do Museu que foi aprovado em reunião de Câmara no dia 26 de Abril de 1894. Este documento, estipula que se trata de um museu *etnográfico e industrial podendo todavia cultivar-se acessoriamente outros ramos d' estudos*. (Artigo 1, 1894, p. 2)

No entanto, quando se analisa as seções em que o museu foi dividido e as peças expostas, fica-se com a percepção de que quando menciona a palavra "*ethnographico*", o abrange igualmente a arqueologia:

1.ª Secção de indústrias do concelho que comprehende todos os productos das actuais indústrias do concelho da Figueira;

2.ª Secção d'archeologia historica destinada a reunir todos os objectos d'arte ou industria que possam interessar á historia do trabalho humano ou ao estudo dos usos e costumes dos povos das epochas anteriores á actual;

3.ª Secção d' ethnologia dos povos selvagens dos tempos modernos, compreendendo somente os objectos das suas artes e industrias que possam interessar ao estudo ethnographico do selvagem dos tempos prehistoricos;

4.ª Secção d'archeologia prehistorica ou de paleoethnologia, destinada a reunir principalmente todos os vestígios do homem prehistorico no concelho da Figueira e accessoriamente os seus vestígios em outras regiões para o estudo ethnographico dos povos dessas obscuras epochas.

§A 3.ª Secção que é propriamente de comparação, pode reunir tambem todos os objectos produzidos ou usados em qualquer logar que tenham semelhança ou concorram para explicar os das civilisações primitivas. (Rocha, 1894, p. 13)

Mas este Regulamento não se fica apenas pela organização das salas (secções) do museu, pois tudo no documento é devidamente detalhado para que não se desvirtua o que estava determinado pelos seus autores.

Cada uma das salas tinha descrito o que deveria conter, mas também as regras de apresentação dos objetos (valorizando sempre os que já tinham sido estudados em detrimento do seu valor estético. Esta premissa indica-nos que estavam a seguir a mesma perspetiva dos museus de ciências, de cariz mais anglo-saxónico em que o estudo científico é considerado imprescindível para que as peças e o museu tenham um carácter educativo), a orgânica e gerência do museu, as competências, as políticas de aquisição de novos objetos, especificando também os critérios que deveriam ser aplicados aos novos objetos que dessem entrada no museu. Uma outra preocupação relacionava-se com o registo, em livros distintos, das aquisições e donativos. Um aspeto inovador que sobressai no Regulamento diz respeito à obrigação de todos os objetos terem um seguro. (Rocha, 1894)

Felizmente, existem inúmeros documentos (essencialmente documentos oficiais da Câmara e variadíssimos artigos de jornais, bem como as fotografias existentes da época) que nos permitem ter uma imagem clara e fidedigna das salas e do jardim do museu na Casa do Paço.

Um artigo da autoria de, publicado a 12 de Outubro de 1896 no *Branco e Negro*³, descreve de forma extensiva as salas e os objetos expostos. Após uma breve nota biográfica, dá início à descrição da sala dedicada à secção de Arqueologia pré-histórica, onde os visitantes podem observar objetos do período do Paleolítico, Neolítico, da Primeira Idade dos Metais, da Época Luso-Fenícia e da Época Pré-Romana e princípios da Luso-Romana, retirados de várias escavações realizadas no concelho da Figueira da Foz, Vila Velha de Ródão, Palmela e Faro. Segue-se a Sala da Comparação, na qual se pode ver:

A afinidade que existe entre grande numero de peças do mobiliario do selvagem dos nossos tempos e as do mobiliario do homem neolithico. Contem diversos artefactos dos povos selvagens actuaes da Africa, da America e da Oceania, artefactos grosseiros fabricados em paizes civilizados, assim como exemplares anatomicos e de conchiologia para o estudo do selvagem da idade da pedra, sendo digno de particular exame um machado de pedra, ainda hoje usado por certos indios do Brazil.” (Souza, 1896, pp. 43-47) O autor menciona que os objetos possuíam legenda, evidenciando, assim, a preocupação dos organizadores no sentido de que todas as peças expostas estivessem devidamente identificadas para facilitar a compreensão dos visitantes. Conclui o seu artigo com a alusão a uma das vitrinas: *Citaremos tambem, como mera curiosidade, a vitrine que encerra artigos da China, Japão e India, como uma collecção de instrumento músicos, um carro religioso de Brahma, algumas esculpturas, sendo uma do celebre Confucio e outras do deus dos ladrões do dia e do deus dos ladrões da noite; e muitos mais objectos. As ultimas victorias dos portuguezeses em Africa estão representadas por um tropheu d’armas em que se encontram duas zagaiaes do espolio dos vátuas no combate de Coolella.* (Sousa, 1896, p. 45)

A terceira secção do museu é a secção de Arqueologia Histórica que incluía vários períodos da nossa história, como a época Pré-Romana, época Luso-Romana, época de

³ Semanário ilustrado que começou a ser publicado a 05 de Abril 1896, em Lisboa sob a chancela da Livraria e Casa Editora António Maria Pereira, conhecida na época por AMP. Esteve no ativo até 1898, ano em que o seu editor: António Maria Pereira adoeceu gravemente vindo a falecer, não tendo continuidade. Até ao seu último artigo, tinham sido publicados 104 números. Podemos consultar o <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/BrancoeNegro.pdf> para entendermos quem eram os seus ilustres autores, pintores e ilustradores, suas temáticas e públicos-alvo.

influência Árabe e uma outra designada de épocas várias. Esta secção é a que possui mais fotografias e descrições neste extenso artigo, levando-nos a crer que seria a secção mais extensa e, possivelmente, a mais importante do museu. Esta secção integrava peças de cerâmica, restos de argamassa, esculturas, inscrições, vidros entre outros objetos, provenientes de várias regiões de Portugal e de outros países (Viana do Castelo, Briteiros, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Figueira de Castelo Rodrigo, Coimbra, Faro, Budens, Lagos, Espanha, Tunísia, Argélia, Inglaterra e China).

António Júlio de Valle Sousa (1896) finaliza o seu artigo com um único parágrafo sobre a secção industrial: *Comprehende os principaes artefactos que o concelho produz, entre os quaes especificaremos a excellente exposição de poleame e de mosaicos em madeira, por Julio Braz de Lemos, premiado em diversas exposições, modellos de construcção de Joaquim Augusto Rodrigues e importantes exemplares de cerâmica que revelam a excellencia do trabalho sahido das offcinas de João Amaro, premiado no estrangeiro em muitas exposições; ceramica de Amancio da Costa Pessoa, industria nascente, mas já muito perfeita, fundições em ferro, chavenas americanas, das osfcinas do Mondego, bem como dos variados artefactos da Empreza Minerva e Industrial do Cabo Mondego.* (Sousa, 1896, p. 47)

Conclui-se que o Museu Municipal apresentava um elevado padrão de qualidade e que a organização da exposição seguiu os mesmos critérios e linguagem museográfica considerada moderna para a época.

2.3. A Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz

A Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz recebe o seu alvará de legalização a 4 de Fevereiro de 1898. No entanto, já a 15 de Dezembro de 1897, surge um artigo no jornal *Gazeta da Figueira*, onde se noticia o fato de no Museu Municipal se estar a organizar uma:

Sociedade Archeologica, sympathica congregação de indivíduos, decididos a trabalhar e promover por todos os meios o estudo e progresso dos diversos ramos que constituem as sciencias archeologicas: e n'esta local se lançava o convite para que concorressem á inscripção para socios todos os homens

intelligentes, sem distincção de classes, tanto da Figueira, como a ella estranhos, que quizessem auxiliar esta iniciativa de estudo e vulgarisação.
(Severo, 1898, p. 156)

Também na revista *Portugália* (1898), surge um artigo redigido por Ricardo Severo, sublinhando, a respeito da Sociedade que *[a] aggreiação contava já bom numero de valiosas adesões. No mesmo artigo, menciona os estatutos, os fins da sociedade e meios de trabalho. O seu programa assenta no estudo dos diversos ramos das sciencias archeologicas, procurando contribuir para a solução dos problemas da prehistoria e da historia antiga do Occidente da Peninsula e, em especial, auxiliar o desenvolvimento do Museu Municipal da Figueira, onde se acham colligidos numerosos e importantes elementos para estes estudos.* (Severo, 1898, p. 156) Para a consecução do seu fim a Sociedade fará pesquisas e excavações, registando fielmente todas as circunstancias d'estes trabalhos, organizará collecções, promoverá pelos seus delegados em todas as freguezias do concelho da Figueira a aquisição ou conservação dos monumentos da antiguidade que se descobrirem, coordenará todos os materiaes que colligir, dando-lhes, publicidade, e entrará em relações com outras instituições de índole semelhante. (Severo, 1898, pp. 156-157)

A Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz tinha, assim como objetivo a salvaguarda dos materiais recolhidos e, ao mesmo tempo, usar diferentes meios de divulgação das suas descobertas. Tal como aconteceu com a Comissão Administrativa do museu, também os sócios fundadores da Sociedade eram figueirenses ilustres (alguns são também sócios do Museu), com a particularidade de ser possível a integração de novos sócios da comunidade (...) *podem ser socios todos os que se interessam nos respectivos estudos, compreendendo os menores, desde que autorizados pelos seus representantes.* (Artigo 3.º do Regulamento) Estes novos sócios repartiam-se por quatro categorias: efetivos, correspondentes, protetores e honorários.

Toda a atividade da Sociedade, nomeadamente os estudos científicos e escavações, está descrita nos Relatórios da gerência da Sociedade, assinados por Santos Rocha e elaborados anualmente entre 1898 e 1904: *Estes trabalhos não são obra d'uma só geração; a nossa deixa já á Figueira um cabedal de conhecimentos, fructo de 22 annos*

de trabalho, que basta para assignalar, como exemplo honesto e proveitoso, ás gerações futuras. (Ferreira, 1994, pp. 82-89)

Passados cinco anos de intensa atividade e crescimento do Museu Municipal da Figueira da Foz, começa-se a programar e organizar a passagem desta instituição para os recém-construídos Paços do Concelho.

3. Salão Nobre da Câmara Municipal da Figueira da Foz (1899 – 1941)

3.1. Câmara Municipal da Figueira da Foz, seus arquitetos e história



Imagem III – Câmara Municipal da Figueira da Foz (Matos, *Blogsport*, 2014)

Com a elevação da Figueira da Foz a cidade em 1882 e o rápido crescimento da cidade e dos seus serviços, torna-se imprescindível que todos os serviços municipais estejam concentrados num único local. Na realidade, os serviços municipais estavam dispersos por toda a cidade o que tornava extramente complicado agilizar o trabalho. Era óbvia a necessidade de um novo edifício, com capacidade para albergar os serviços dispersos. Neste contexto, a Câmara decidiu que a construção de uma obra de grande envergadura poderia ser uma solução para este problema, mas também para atenuar a crise na área da construção civil que se vinha a acentuar nos últimos anos. Assim, a 17 de Julho de 1893 é anunciado que o executivo estava aberto à receção de projetos

arquitetónicos para a construção de um edifício que iria albergar os Paços do Concelho.

Segundo o estudo de Guida Cândido (Cândido, 2001), sabemos que foram apresentadas sete propostas ao município: uma delas foi de imediato recusada, sem sequer entrar para concurso; quatro foram excluídas e das restantes três, a selecionada foi o projeto da dupla de arquitetos italianos Cesare Lanz (autor da fachada do Coliseu de Lisboa, em 1888 e da reconstrução do Forte da Cruz, no Estoril) e F. Giuseppe Fiorentini, cabendo a Cesare Lanz a direção do projeto.

Apesar de terem apresentado um projeto em 1893, sabemos que este sofreu inúmeras alterações, principalmente nos materiais a serem utilizados na sua construção. A Câmara Municipal para suportar a obra teve que obter um empréstimo bancário que só lhe foi concedido a 05 de Maio de 1894, data em que se iniciam os trabalhos. Apesar das dificuldades crescentes ao longo da construção, o edifício fica concluído em finais de 1897.

No novo edifício estava programado a instalação das diferentes repartições da Câmara e o realojamento do Museu Municipal que estava há cinco anos na Casa do Paço, provisoriamente e com um contrato de arrendamento. No piso térreo ficaria o Tribunal e o Cartório, no primeiro andar o Salão Nobre e as salas para o Presidente e Vereadores, conjuntamente com o Museu Municipal, Biblioteca e o Arquivo, no segundo andar ficaria a Escola Industrial e outros serviços municipais. (IGESPAR)

Edifício de cariz eclético, com uma planta retangular simples, manteve o traço original, embora tivessem sido feitas algumas alterações necessárias à modernização dos serviços (principalmente a partir da década de 1960). A fachada principal é formada por cinco corpos, de dois andares cada um, à exceção dos corpos das extremidades que tem mais um piso, dando-lhe o aspeto de torres laterais. O corpo central do edifício como possui uma varanda exterior com balaustres encontra-se avançado em relação aos intermédios, destacando-se ainda pelos cunhais em aparelho rusticado. Cada piso retangular tem onze vãos. A entrada é revestida no primeiro vão a cantaria rústica, com três portas que dão acesso ao interior do edifício. Coroa este corpo uma

platibanda cega, interrompida por um corpo retangular, rematado por frontão triangular, onde se exibem as armas da cidade. Este frontão apresenta no seu eixo central um relógio no tímpano, aí colocado em 1941.

No interior do edifício é de salientar o Salão Nobre, cuja decoração é obra do suíço Ernesto Korrodi (Arquiteto suíço que se naturalizou português, fez uma longa obra no nosso país) que iniciou o projeto em 1909. Pode-se admirar os tetos ornamentados em estuque que exibem no centro uma tapeçaria de arras oriunda de uma fábrica em Tavira (hoje exposta no Museu Municipal) e vários frisos e sobreportas igualmente em estuque, com simbologia relacionada com o município. O seu mobiliário foi concebido originalmente para este espaço, ornamentado com várias peças, como uma tela de Pedro Alexandrino, *Aparição da Virgem do Carmelo a Simão Stock*, um retrato de Manuel Fernandes Thomaz, executado por Gilberto Renda (século XIX) ou o retrato do Dr. António dos Santos Rocha. (Carvalho, 2014)

3.2. A reabertura do Museu Municipal da Figueira da Foz: nova organização expositiva

Como foi possível constatar, o projeto do edifício dos Paços do Concelho indicava que o museu iria ser instalado a título definitivo no andar nobre. Quando as obras do edifício estavam quase concluídas, o Dr. Santos Rocha e a sua Sociedade Arqueológica iniciaram os trabalhos para a transladação das peças e serviços do Museu.

A 1 de Junho de 1899 o Museu é reaberto nas suas novas instalações. Neste novo espaço seguem-se as mesmas orientações museológicas implementadas na Casa do Paço. A classificação do museu é alterada no seu Artigo 1.º: *O Museu municipal da Figueira da Foz é archeologico e ethnographico. § — Podem todavia cultivar-se accessoriamente n'este estabelecimento outros ramos de estudo, quando se colligirem materiaes apropriados e haja pessoa habilitada para dirigir os trabalhos, segundo os methiodos scientiíicos ou artísticos.* (Rocha, 1902, p. 4)

Seguindo a mesma orientação, também aqui o Museu encontrava-se dividido em quatro secções: a Sala de Arqueologia Pré-histórica, com coleções referentes ao Paleolítico, Neolítico, dolmens e peças da primeira Idade dos Metais, a Sala da

Comparação, que exibia os objetos pertencentes às chamadas civilizações modernas “selvagens”, a Sala de Proto-História, com objetos da Idade do Ferro, e a Secção de Arqueologia Histórica, que incorporava a secção da Época Luso-Romana e a secção da Idade Média. Como novidade estava exposta uma janela manuelina, proveniente da Casa do Paço de Tavarede⁴ (classificado como Imóvel de Interesse Municipal desde 1982⁵) e dois enormes vasos cerâmicos do século XVII ao XIX, várias esculturas em pedra, uma liteira e o retrato de José de Seabra da Silva (estadista português que viveu na Figueira por alguns anos) e uma inscrição dedicada à Imaculada Conceição, da época de D. João V. As salas tinham ainda expostos vários mapas, legendas, plantas e desenhos minuciosos, alguns dos quais foram retirados das publicações do Dr. Santos Rocha. (Carvalho, 1994, pp. 40-43)

Ainda em vida do Dr. Santos Rocha é elaborado um novo registo de peças que ainda pode ser consultado no arquivo do Museu Municipal, através de uma tabela numérica que elucida o cuidado, a precisão e a seriedade com que esta questão era encarada (Carvalho, 1994, p. 43). No plano científico, foi muito relevante a presença do Dr. Santos Rocha na *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, realizado em 1880, na cidade de Lisboa. Neste congresso, reuniram-se os maiores vultos da Arqueologia portuguesa para dar a conhecer os seus trabalhos de investigação, debater metodologias, conviver e usufruir dos conhecimentos das mais ilustres personalidades europeias daquela época, como foi o caso de Louis Laurent Gabriel de Mortillet, Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau, Émile Cartailhac, Rudolf Ludwig, Karl Virchow, Luigi Pigorini, e Paul Cazalis de Fondouce, entre outros. O contato do Dr. Santos Rocha com as correntes defendidas por estes ilustres

⁴ Casa nobre que pertencia a uma vasta quinta com o mesmo nome. Foi fundador desta Casa António Fernandes de Quadros, que regressado do Norte de África aqui se fixou. Neste solar viveram diversas gerações da família Quadros, os nobres de Tavarede, desde o século XVI ao século XIX. Foi, no entanto, o terceiro conde de Tavarede, D. João, que, na primeira metade do século XIX, mandou fazer as maiores obras no Paço, conferindo ao edifício a linguagem decorativa que ainda hoje mantém, segundo o gosto Neomanuelino em voga na época. Intervencionado em 2006 apesar de algumas alterações, manteve-se o essencial da sua linguagem arquitetónica e ornamental, destacando-se a fachada principal, a nascente, com as janelas geminadas, de recorte árabe e os arcos abatidos das portas, e a fachada poente, onde se evidencia a torre, edificada sobre uma antiga torre quinhentista e que, juntamente com a fachada que a ladeia, utiliza curiosas soluções decorativas, características da arquitetura romântica e revivalista portuguesa, da segunda metade do século XIX. (http://www.esjcff.pt/fignamao/paco_tavarede.html)

⁵ <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimoniomovel/detail/71588/>

investigadores nacionais e internacionais, deram ao “seu” Museu e ao seu trabalho um enorme prestígio, que se projetou além-fronteiras. (Carvalho, 1994, p. 43).

Muito ativa era também a Sociedade Arqueológica, que se dedicava ao estudo e publicação de diversos trabalhos científicos relativos às escavações e aos materiais que eram enviados para o Museu. Como salienta Ricardo Severo num dos seus artigos publicados na revista *Portugália: Ora, a pequena cidade da Figueira da Foz possuía já, havia annos, o seu Museu Municipal, actualmente installado no sumptuoso edifício dos Paços do Concelho, com secções varias de archeologia prehistorica e historica, ethnographia geral, industrias e mistéres concelhios; todos os objectos ordenados e classificados em mobiliario de feição, sob um plano de rigoroso methodo, conforme o character scientifico que compete a uma collecção que se propõe um duplo fim, como archivo de materiaes de estudo e museu de vulgarização*. (Severo, 1898, p. 157) Neste artigo, o autor destaca ainda a excelência da metodologia usada no Museu Municipal, comparável ao trabalho desenvolvido pelo Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

O desenvolvimento do Museu e da Sociedade Arqueológica vão, porém, sofrer uma grande vicissitude a 29 de Março de 1910, dia da morte do seu fundador, o Dr. Santos Rocha, entrando logo depois num período de estagnação e decadência. Em sessão de 30 de Março, a Câmara deliberou que o Museu iria passar a designar-se Museu Municipal Dr. Santos Rocha, uma homenagem ao homem que dedicou os seus últimos anos de vida à elevação da Figueira da Foz como um dos grandes centros arqueológicos nacionais (Carvalho, 1994, p. 48). Apesar dos esforços por parte da Câmara Municipal (uma vez que a Sociedade Arqueológica se desfez logo após a morte do seu fundador) para manter o Museu aberto de uma forma digna e com as mesmas atividades, sem arqueólogos e investigadores a produzir, não foi possível conservar o mesmo prestígio.

Com a implementação da República, a Figueira da Foz continuou a ser um centro cultural e político extremamente ativo, principalmente pelas ações realizadas pelas

lojas maçónicas e pelas Associações socioprofissionais (principalmente de carpinteiros e pedreiros) que eram fortemente divulgadas nos diversos jornais e revistas que existiam na Figueira e que agitavam a cidade, dando-lhe uma nova dinâmica cultural. O Museu, contudo, não tinha qualquer intervenção. Só no período do Estado Novo, é que o Museu vai recuperar paulatinamente o seu lugar na sociedade cultural da Figueira.

Com a morte de José Salinas Calado, conservador do Museu Municipal, é nomeado um novo diretor para o Museu, o conhecido figueirense Professor António Vítor Guerra. Um ano depois de assumir a direção do Museu, que se encontrava fechado para remodelação, é-lhe atribuído pela Câmara Municipal da Figueira da Foz um voto de louvor pelo esforço na reorganização do Museu. Este reabre ao público a 28 de Março de 1939, já dotado do Grupo de Amigos do Museu, que vão promover e desenvolver a ligação do Museu à cidade e, acima de tudo, contribuir monetariamente para aquisição de obras de arte e outros objetos que o Museu não tinha em quantidade considerada suficiente. Em 1940, o Professor António Vítor Guerra recebe um novo louvor por parte da Câmara Municipal, pelo esforço na aquisição de uma ampla coleção artística para o Museu, que mais tarde levará à abertura de novas secções, nomeadamente de Pintura e Escultura. É também neste ano que se solicita ao arquiteto Edmundo Tavares um projeto para um novo edifício, destinado a albergar apenas o Museu Municipal Dr. Santos Rocha. (Cardoso; Matos, 2002, pp. 11-17)

4. Projeto de raiz do Arquiteto Edmundo Tavares (1940)

4.1. Caraterização social, política e cultural de Portugal na década de 40 – A Exposição do Mundo Português e as suas influências

Em 1940, a Europa vivia a II Guerra Mundial e Portugal, apesar de neutro, sentia os efeitos colaterais do conflito, a nível económico, social e político. Nesta década, o regime do Estado Novo depara-se com a sua primeira crise, mas António de Oliveira Salazar soube de uma forma inteligente contornar e «evidenciar a sua arte de durar», recompondo equilíbrios, passando da defensiva ao contra-ataque e salvando o regime. (Matoso, 1994, p. 301)

A *Exposição do Mundo Português* é o evento que, todavia, vai marcar a década. Trata-se de uma exposição planeada cuidadosamente para transmitir os valores políticos e artísticos do regime.

4.2. O Arquiteto Edmundo Tavares, a sua obra entre 1905 e 1938 e o projeto do Museu Municipal Dr. Santos Rocha

Edmundo Tavares, nascido em 1892, estudou na Escola de Belas Artes de Lisboa, terminando o seu curso em 1905. Arquiteto com uma vastíssima obra, obteve vários prémios em diversos concursos nacionais e internacionais. Foi arquiteto da Câmara Municipal de Lisboa, em 1914, e, mais tarde, da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em 1939, logo após a sua estadia na Madeira, onde projetou inúmeros edifícios.

Era um arquiteto que defendia uma arquitetura de cariz nacionalista e vai em alguns momentos da sua obra projetar “muitas moradias de feição «tradicional modernizada» na linha de Raúl Lino – sobretudo nas zonas urbanas de Lisboa, Funchal e Coimbra. (Franco, 2012, p. 22)

É na Madeira que se encontra a maior diversidade da sua obra, com projetos grandiosos e caracterizados como estando *dentro da linguagem modernista e posteriormente dentro dos cânones do Português Suave: Além de várias habitações, unidades hoteleiras, de saúde e educacionais, projectou, ainda, a agência do Banco de Portugal (1934), de linguagem historicista, o liceu Jaime Moniz (1936), com interessantes espaços interiores, em desenho Português Suave ou, ainda, o Mercado dos Lavradores no Funchal (1938) em Art Deco*” (Fernandes, 2003, pp. 182-196). Ainda segundo, Sérgio Franco, *Estas obras revelam a amplitude das mutações estilísticas da sua obra, desde um registo eclético tocando a arquitetura do ferro, à aceitação de uma proximidade ao Movimento Moderno, visível na Fábrica Diogo d'Ávila, marcando a sua estada madeirense a sensibilização, quer a uma modernidade Art Deco, quer a sua conversão ao Português Suave. Este percurso torna Edmundo Tavares num caso exemplar da fluidez estética dos arquitetos portugueses dos primeiros dois terços do século XX.* (Franco, 2012, p. 24)

Depois de sete anos a trabalhar no Funchal (1932-1938), Edmundo Tavares regressa ao continente e vai assumir o lugar de arquiteto da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Dedicar-se, então, à elaboração do projeto do novo edifício para o Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

4.3. O projeto do “Museu Regional da Figueira da Foz”

De acordo com a memória descritiva do projeto, o arquiteto optou por valorizar as tradições da Figueira, tal como o próprio refere:

Dado o fim especial a que este edifício se destina, edifício em que devem transparecer as características e as suas tradições locais, deu-se à sua composição o carácter tradicional, o pitoresco, o nacionalismo, e a variedade necessárias para que os aspectos perspécticos resultem interessantes e com o carácter próprio do fim a que se destina o Museu. Neste edifício adoptou-se o estilo D. João V devidamente adaptado à índole do edifício e aos materiais da região. (Tavares, 1940, p. 1)

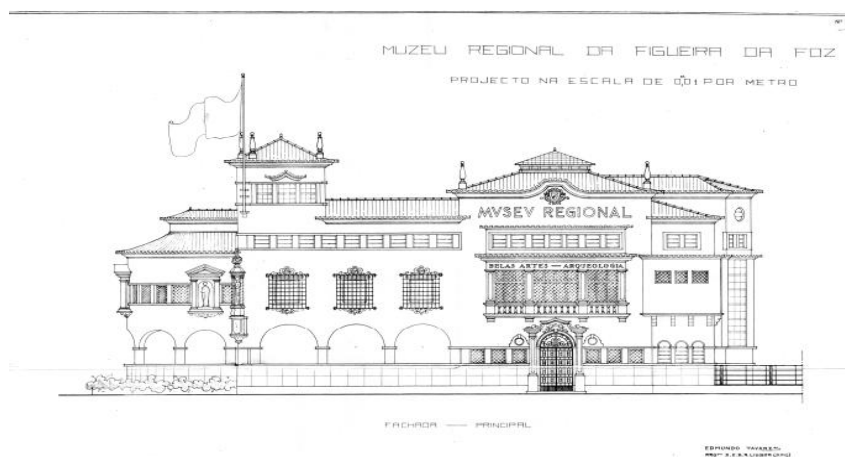


Imagem IV – Fachada principal do projeto do arquiteto Edmundo Tavares (1940).

O carácter tradicional que procurava dar ao edifício justifica a seleção dos materiais de construção:

São usados os materiais novos, tais como cantaria para todos os elementos arquitectonicos principais, telha Lusa para a cobertura, telha de meia cana

vidrada para os beirais, madeira de cedro para as carpintarias exteriores. Toda a estrutura deste edifício é incombustível, executada em cimento armado, quer na escadaria, nos pavimentos, pilares, ressalvas, etc. (Memória descrita, 1962)

A localização do Museu também está aqui referenciada (este projeto acabou por não se concretizar e o espaço para onde estava projetado acabou por ser utilizado para a construção do atual Tribunal e posto dos Correios). Mas se os pormenores de construção, materiais e envolvimento não são esquecidos neste documento, há um outro aspeto bastante relevante mencionado pelo arquiteto, designadamente a melhor localização para as coleções. O projeto foi concebido sem deixar de ter em conta a estrutura arquitetónica, seguindo um certo gosto/estilo, mas também os melhores materiais e espaços onde albergar as peças do Museu:

[e]ste edifício compõe-se ao todo de um vestibulo, duas pequenas salas para porteiro e espera, um grande átrio central, um jardim, três arcadas à maneira de claustro, 14 salas para doações particulares e exposição, e de um grande salão central situado no primeiro andar e provido de galerias circundantes. As paredes e tetos são estucados com a maior simplicidade e pintados com Lagomate em tom neutro afim de valorisar os quadros e todos os objectos expostos. (...) A decoração interior quási não existe, porquanto a decoração de um Museu é o recheio das suas obras expostas. (Tavares, 1940)

Como já mencionado, apesar do arquiteto Edmundo Tavares ter entregue este projeto em Dezembro de 1940, verifica-se que, em 1941, a Câmara não faz qualquer menção à aprovação ou não desta proposta e vai sim autorizar e realizar obras de readaptação no segundo andar do edifício da Câmara Municipal, seguindo as diretrizes dadas pelo Professor Vítor Guerra, supervisionado pelos Serviços Técnicos da Câmara (Cardoso, 1994, p. 48). Quando encerrou para obras, o Museu tinha as salas que se podem ver nesta planta:

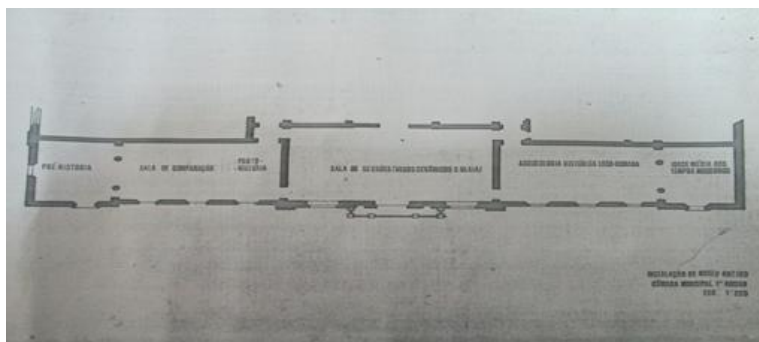


Imagem V – Planta das salas do Museu na CMFF em 1940.

5. Reorganização do Museu na Câmara Municipal da Figueira da Foz (1945 – 1975)

5.1. Alargamento do espaço na C.M. Figueira da Foz (1945 – 1962)

Devido às obras de readaptação, o Museu vai estar encerrado ao público entre 1942 e 1944. Pretendia-se efetuar as adaptações sugeridas pelo diretor, bem como a transferência e reinstalação das suas coleções. Neste novo espaço, o Museu vai ter igualmente um novo plano de exposição das coleções com novas salas e já com um circuito a seguir pelo visitante. Embora o Museu tenha ficado com mais espaço expositivo, verifica-se que o Professor Vítor Guerra vai tentar seguir as diretrizes deixadas por escrito pelo Dr. Santos Rocha.

Após cinco anos de obras e reorganização, o Museu vai ser reinaugurado em 1945, com um novo discurso museográfico, mas com algumas características de finais do século XIX, que já se encontravam em desuso e ultrapassadas nos finais da década de 40, chocando com as conceções modernas de exposição.

Examinando a planta do Museu de 1945 (Imagem VI), verifica-se que a visita tinha início na Seção de Armas ou Sala de Armaria. Esta coleção estava muito mal protegida, pois este espaço era um espaço aberto (varandim), colocando as armas em contacto com as variantes climáticas. Além disso, estas peças não tinham praticamente qualquer legenda ou informação. Passando esta seção, seguiam-se as Salas de Etnografia, que exibiam os objetos anteriormente agrupados na Sala da Comparação, agora extinta. Tal como as salas seguintes, as peças expostas nestes espaços já tinham algumas legendas.



Imagem VI – Planta das salas e circuito do Museu na CMFF em 1945.

A sala mais importante do Museu continuava a ser a Sala de Arqueologia, que agora exibia também o espólio resultante de escavações de outras estações arqueológicas, levadas a cabo pelo Dr. Santos Rocha e pelos seus companheiros da Sociedade Arqueológica. Continuando no percurso indicado, encontram-se várias salas: a Sala de Cerâmica (com uma boa coleção de vasos cerâmicos de Santa Olaia), a Sala de Curiosidades, com uma panóplia de peças misturadas de várias procedências, acumuladas em mesas e armários sem qualquer ordem, como se tratasse de uma galeria de exposição do século XIX, a Sala de Escultura Religiosa, a Sala David de Souza, ilustre violoncelista, maestro e compositor figueirense, a Sala Mário Augusto, pintor figueirense, e a Sala de Pintura. A visita ao Museu terminava na Secção Lapidar, onde se exibiam várias pedras fúnebres.

Se o cuidado na reorganização das novas salas foi sem dúvida grande, utilizando-se novas técnicas expositivas e museográficas, no domínio da catalogação e conservação dos materiais verificou-se uma estagnação, apesar da enorme dedicação do Sr. Francisco Rosado Guerra, vigilante de coleções, que com grande brio desempenhava tarefas administrativas, de monitor e ainda ajudava nas investigações e montagem de exposições. Nesta altura, o único funcionário permanente do Museu era o seu diretor (Cardoso, 1994, p. 59).

Entretanto, em 1962, realiza-se uma nova reorganização nas salas, conforme a planta apresentada:

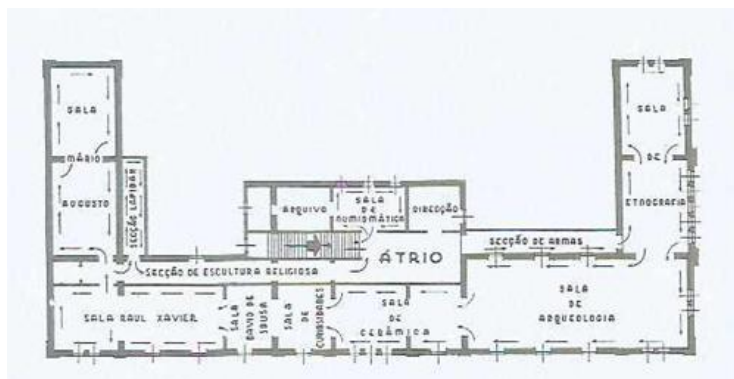


Imagem VII – Planta das salas e circuito do Museu na CMFF em 1962

A Sala David de Sousa e a Sala das Curiosidades são reduzidas para criar espaço para ampliar a Sala Raúl Xavier. Por outro lado, o espaço que estava vazio entre a Secção Lapidar e o átrio, constitui-se como um espaço de exposição e acolhe a Secção de Escultura Religiosa. A Sala de Numismática passa a localizar-se entre o Arquivo e a Sala da Direção. Todas estas alterações constam na seguinte planta:

5.3. Os primeiros passos na idealização e concretização do novo Museu

Em 1962, existe uma maior consciencialização, por parte do município, de que o Museu já não tinha mais capacidade para albergar as suas coleções, em constante crescimento. As salas de exposição já não tinham mais espaço para colocar os materiais ou quadros e ao mesmo tempo, o Museu não possuía um espaço para guardar o que não podia estar exposto. Era urgente que a Câmara conseguisse uma verba no seu orçamento para contratar um arquiteto que projetasse um novo espaço. Mas não era só o Museu que necessitava de um edifício novo também a Biblioteca apresentava os mesmos problemas.

Após algumas conversações entre a Câmara Municipal e o diretor do Museu e da Biblioteca, e contando com a imprescindível ajuda monetária e técnica da Fundação Calouste Gulbenkian, presidida pelo Dr. José Henrique de Azeredo Perdigão, que era casado com a Dra. Maria Madalena Bagão da Silva Biscaia de Azeredo Perdigão, ilustre

figueirense, o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, o Engenheiro José Coelho Jordão, informa a população que tinha sido tomada a decisão de construir um edifício de raiz para albergar o Museu e Biblioteca Municipais:

No passado dia 14 reuniu o Ex.mo Presidente da Câmara Municipal, os representantes da Imprensa local, para lhes transmitir a grata notícia de que o conselho de Administração da Fundação Gulbenkian deliberara compartilhar na construção do novo Museu e Biblioteca Municipais a construir na futura avenida das Abadias. A verba compartilhada é de 3.500 contos. O projecto da obra compreende as instalações do Museu com salas de arqueologia, pintura e escultura e a Biblioteca que muito se tem enriquecido ultimamente. A ligar o Museu à Biblioteca ficará um auditório que servirá para a realização de conferências, saraus, concertos, etc. Existirá além disso um gabinete de leitura reservada e sala de exposições itinerantes. As obras começarão já no início do novo ano. (Ata, 1962)

Depois de alguma discussão e reuniões com a Fundação Calouste Gulbenkian e com o arquitetos responsáveis pelo projeto do Museu da Fundação, o arquiteto Alberto Pessoa e arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles, foi sugerido pelo primeiro que o ideal seria convidar um arquiteto que estivesse na Figueira da Foz e que já tivesse mostrado obra na cidade. É com esta ideia em mente que, em Dezembro de 1963, o arquiteto Isaías Cardoso entrega na Câmara Municipal da Figueira da Foz um esboço da memória descritiva para o Museu e Biblioteca da Figueira da Foz.

5.4. A concretização do Projeto do Arquiteto Isaías Cardoso

O esboço apresentado foca-se na criação de um novo espaço de cultura na Figueira da Foz, designado “Centro Cultural”. Este espaço iria ao encontro das necessidades culturais da cidade e, mais concretamente, da necessidade de um novo edifício para o museu e biblioteca municipais. De acordo com esse esboço, este novo edifício ficaria no meio dos principais bairros da cidade, o bairro ligado à parte mais antiga da cidade e bastante urbanizado e o “Bairro Novo”, essencialmente caracterizado por uma

população sazonal, que vinha à Figueira da Foz para fazer turismo e usufruir das suas praias.

Finaliza o esboço, apresentando um valor estimativo para a obra, que rondava os 7.000.000\$00. A escritura do contrato entre o arquiteto Isaías Cardoso e a Câmara Municipal é lavrado a 21 de Abril de 1964 com o propósito de *Construção de novas instalações para o Museu e Bibliotecas Municipais da Figueira da Foz*. (Contrato, 1964) Após a aprovação camarária e certificado o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, em Julho deste ano, o arquiteto Isaías Cardoso apresenta o anteprojeto com a respetiva memória descritiva. Neste documento, salienta pormenorizadamente os acessos e localização do conjunto arquitetónico:

B – Solução Geral: Tomando como ponto de partida para o acesso principal a praça, procurou-se dar-lhe um “fundo” apropriado com a criação de um pórtico de entrada, com a máxima transparência para o átrio, em contraste com a massa fechada do auditório e com o volume movimentado do corpo da Biblioteca. A partir desse átrio o público atingirá o Museu, o auditório e a Biblioteca. (...) O Museu é disposto segundo uma sequência de corpos, de um ou dois níveis, cada qual com sua função própria e características inerentes ao material exposto, organizada de modo que certos sectores funcionem independentemente uns dos outros, o que terá o maior interesse para o visitante que se interesse apenas pelo sector Arqueológico, por exemplo, ou aquele que procure o Museu exclusivamente para ver uma “exposição temporária”. Contudo permanece mais evidente a solução dada para a visita contínua, sem retornos, oferecida ao visitante habitual dos Museus. Tanto para a Biblioteca como para o Museu criaram-se circuitos de circulação distintos entre público e pessoal, tendo este entradas de serviço privativas. (Cardoso, 1964, pp. 1-2).

Também o circuito museológico e expositivo é mencionado e detalhado pelo arquiteto:

Não sendo o Museu da Figueira da Foz um Museu de especialização, destinado a um único sector da Museologia, pareceu que a solução a dar às suas instalações deveria traduzir essa função generalizada com a procura de uma sequência de corpos, comportando, cada um deles, a sua especialização. Uma articulação lógica dos diversos núcleos, devidamente adaptada ao terreno, seria a chave para a solução. Por outro lado, imponha-se a não obrigatoriedade de não percorrer todas as dependências para acorrer às secções de maior interesse, já que se verifica que nem todas são de igual valia. Sublinha-se, desde já, a importância dos sectores Arqueológico e Cerâmica cuja relevância é, por demais, conhecida. Poderá suceder que os frequentadores mais assíduos do Museu tenham como finalidade um estudo atento do material exposto nessas secções, sendo descabido obrigá-los a percorrer as restantes. (...) A visita ao Museu é iniciada pela secção de Cerâmica (28); esta, com a que se segue – Arqueologia, constituem, como se disse, a parte mais valiosa do Museu. A exposição será feita em painéis, vitrines ou bancadas e a iluminação através do tecto e parcialmente pelas paredes exteriores. Estas manter-se-ão fechadas até à altura de 3 metros para uma mais proveitosa utilização para expor em superfícies parietais. (Cardoso, 1964, pp. 1-4)

Neste documento, consta ainda a escolha de todos os materiais de construção e uma estimativa do valor de custo da obra, que rondava os 8.200.000\$00. Sem dúvida um valor significativo para a época, mas ao mesmo tempo, era a primeira vez que se projetava um edifício desta envergadura num terreno que até então se encontrava numa zona unicamente florestal. O arquiteto Isaías Cardoso trabalhava em conjunto com o diretor do Museu e os técnicos da Fundação Calouste Gulbenkian, sobretudo quando o que estava em questão era a organização dos espaços das salas de exposição.

O início das obras de construção vai passar por vários contratempos. É possível encontrar vários documentos assinados pelo engenheiro Almeida Garrett dando um

parecer negativo à localização do edifício, assim como os Serviços de Arquitetura do Ministério das Obras Públicas, datados de 1964, 1965 e 1966.

Estes documentos fornecem-nos ainda informações valiosas sobre os diferentes intervenientes que foram chamados a dar os seus pareceres para a construção da obra, mas acima de tudo, para a museografia do novo museu. O Professor Vítor Guerra tinha a consciência de que não era a pessoa mais conhecedora das temáticas museológicas e museográficas e que se encontrava numa posição em que poderia necessitar de solicitar o apoio de alguns estudiosos/museólogos de renome da época. O objetivo passava por organizar o museu de acordo com as tendências museográficas mais recentes e modernas.

Assim, se por um lado, se procurou concretizar a obra num menor espaço de tempo possível, é possível verificar, por outro, que várias condicionantes vão fazer com que tal não aconteça, nomeadamente a incerteza constante relacionada com os recursos financeiros e humanos (a Guerra Colonial e o esforço de Guerra retiraram em certa medida a possibilidade de dar um ritmo mais acelerado à construção do equipamento), e a inexistência de um programa museológico definitivo (Cardoso, 1994, p. 61). Ainda assim, na documentação analisada apresenta-se o novo alinhamento expositivo do edifício:

No piso da entrada, ficaria o Auditório, a Sala de introdução à arqueologia, com estudo de montagem completo, da autoria de Eng. Albuquerque e Castro e a sala de arqueologia. No piso intermédio, desenvolver-se-ia a sala de escultura religiosa, de mobiliário e a das exposições temporárias. No piso inferior ficaria instalada a numismática e a etnografia africana. As reservas, a garagem e as zonas de trabalho ocupariam os restantes espaços. O edifício possuiria, virado a sul, um bar, aberto ao público e com acesso interior e exterior. (Cardoso, 1994, p.61)

Este programa vai receber um despacho ministerial, homologando um parecer da 3.ª Subsecção da Junta Nacional de Educação:

(...) que na elaboração do projecto do Museu da Figueira da Foz, foram tomados em conta os princípios gerais de Museologia no que respeita à determinação das diferentes zonas, destinadas ao público e aos serviços internos, compreendendo a respectiva circulação, e nas precauções para conservação e defesa das colecções, e que o programa do Museu e Biblioteca da Figueira da Foz realiza um tipo de Centro Cultural, que pode servir de exemplo, para organismo a instituir noutras regiões do país.
(Cardoso, 1994, p. 61)

Em 1971, com o edifício praticamente construído, foi criado um grupo de trabalho com a missão de seleccionar os objetos da coleção de Arqueologia e preparar a sua exibição. Este grupo de investigadores era presidido pelo arqueólogo Octávio de Veiga Ferreira. Russel Cortez trabalhou na inventariação e estudo da cerâmica e Mário de Castro Hipólito na conceção da sala de Numismática. A sala de Escultura Religiosa ficou a cargo de Manuel Gonçalves.

Ao longo de todos os anos absorvidos pelo processo de construção do museu, o diretor Vítor Guerra vai elaborar relatórios com a descrição do ponto de situação das obras, dos seus entraves e problemas, e enviá-los ao Vereador da Cultura. As obras avançavam muito lentamente e apesar de todos os esforços, em 1974, ainda não estavam concluídas. Cansado de todo este processo extenuante, decidiu abdicar do seu cargo como diretor do museu e solicitar à Câmara Municipal a contratação de um substituto com formação na área de Museus. O concurso é aberto por ata municipal (datada de 21 de Agosto) e após a seleção das candidatas, é contratada a Dra. Maria Isabel Pereira como segunda conservadora do Museu Municipal.

A 6 de Fevereiro de 1975, as colecções já haviam sido transferidas definitivamente para as novas instalações, embora o edifício ainda não estivesse concluído ou reunisse as necessárias condições de segurança:

Informam que já foi efectuado a transferência das colecções do antigo edifício para o novo edifício do Museu, cuja fachada oeste, onde as obras não se encontram concluídas, não oferece grande segurança pelo que

solicita sejam tomadas providências no sentido de serem concluídas as respectivas obras. Informando ainda da necessidade da permanência no exterior do Museu e durante o período nocturno de um polícia de Segurança Pública. (Ata 6 de 05 de Fevereiro 1975)

Era, portanto, urgente acondicionar devidamente as coleções no novo espaço. Para tal, a Dra. Maria Isabel Pereira, contava com o apoio da Câmara Municipal, da Fundação Calouste Gulbenkian, dos funcionários do museu e de um grupo de arquitetos vindos do Porto que se vão juntar para formar uma equipa encarregada da montagem das salas e preparação da exposição. Neste grupo, destaca-se o arquiteto Octávio Lixa Filgueiras, que se vai dedicar mais à conceptualização museológica, e o arquiteto Fernando Lanhas, responsável pela conceção da Sala de Arqueologia e de praticamente todo o mobiliário e arranjo interior do Museu. Todas as alterações e foram sempre acompanhadas e apresentadas ao arquiteto Isaías Cardoso, autor do projeto do conjunto arquitetónico.

Este grupo de trabalho decidiu manter a linguagem museográfica original do museu, apresentando-se uma sequência de secções temáticas adaptadas aos novos espaços expositivos e às coleções seleccionadas.

6. Museu Municipal Dr. Santos Rocha (1975 – 2014)

6.1. A abertura do Museu ao público (1975)

Apesar do edifício estar praticamente finalizado desde 1970, o Museu e a Biblioteca vão demorar mais alguns anos até poderem ter as condições consideradas mínimas para poderem começar a abrir as suas portas e o público poder usufruir destes novos equipamentos.



Imagem X – Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Arquivo Fotográfico Municipal, 2014)

A perspetiva do edifício na paisagem é grandiosa e ao mesmo tempo a sua leitura arquitetónica dá-nos uma visão de um edifício que se impõe através de simetrias e desníveis no Vale das Abadias como se pode constatar na fotografia.

Em 1978, é solicitado à Dra. Adília Alarcão, na altura diretora do Museu Monográfico de Conimbriga, o seu parecer sobre o melhor circuito museológico para o Museu Municipal. Este parecer é enviado à Câmara Municipal da Figueira da Foz, mas dirigido ao Diretor Geral do Património Cultural. Segundo Adília Alarcão era urgente a realização de um *estudo global de reorganização de serviços e espaços*, pois “[o] edifício é enorme, válido em muitos aspectos mas desastrosamente deficiente no que diz respeito ao sector museográfico. (1978, p. 1) Este parecer vai ao encontro do estudo de reorganização funcional que o arquiteto Octávio Lixa Filgueiras apresentou e no qual alterava o circuito do Museu tornando-o mais fluido. Paralelamente às alterações propostas pela Dra. Adília Alarcão e o arquiteto Octávio Lixa Filgueiras, algumas delas concretizadas, também o arquiteto Fernando Lanhas realizou um estudo focado nas vitrinas da Sala de Arqueologia. Com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, as vitrinas foram construídas e a sala organizada e inaugurada ao público em 1979.

Esta sala, situada no piso inferior do Museu, é ainda hoje uma das mais magníficas salas de exposição do Museu, não só pelo seu espólio mas também pela simetria e organização das vitrinas, como se as peças fossem elementos que estão expostos de uma forma graciosa e artística e por onde se pode circular com facilidade. Esta

linguagem expositiva encontra-se praticamente em todos os projetos da autoria do arquiteto Fernando Lanhas. A forma de expor o espólio arqueológico ou mesmo outro género de materiais nas vitrinas faz parte de um estudo desenvolvido pelo arquiteto que vai ser aplicado aos vários projetos de que fez parte, como acontece no Museu Militar do Porto ou no Museu Monográfico de Conimbriga (junto em anexo plantas e cortes destes projetos).



Imagem XII – Panorâmica da Sala de Arqueologia

As salas do Museu foram sendo inauguradas à medida que as obras de adaptação das coleções aos espaços se concluíam. A inauguração das salas dependia sempre das verbas que lhe estavam destinadas e do apoio técnico dos arquitetos já mencionados. Em 1980, inaugurou-se a Sala de Numismática e do Mobiliário Indo-português, organizada pelo arquiteto Fernando Lanhas. No ano seguinte, foi a vez da Sala de Etnografia, também organizada pelo arquiteto Fernando Lanhas. Em 1984, é inaugurada a Sala do Traje, concluindo-se o circuito no piso inferior do Museu. Segue-se um corredor intermédio onde se encontra uma recriação da Sala de estudo da Sociedade Arqueológica, uma biografia evocativa do Dr. António Santos Rocha e aras funerárias do período Romano terminando a visita na ampla sala de Arqueologia.

Nos finais de Dezembro de 1985, é reestruturada e inaugurada a nova Sala de Escultura Religiosa, no primeiro piso, logo a seguir à Entrada do Museu e Sala de Exposições Temporárias. A organização desta Sala contou uma vez mais com o apoio técnico e financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e nela se exibia uma coleção de esculturas religiosas recolhidas por todo o concelho da Figueira da Foz.



Imagem XIII – Panorâmica da Sala de Arte Religiosa

A sua enorme qualidade e variedade temática e cronológica (entre o século XVII e o século XX) complementada com pintura e ex-votos fazem com que esta coleção e sala possuam peças extremamente interessantes e que dizem respeito à vivência da população da Figueira da Foz (essencialmente os ex-votos que fazem parte de uma coleção proveniente de diversas igrejas, capelas ou ermidas do concelho da Figueira da Foz, deram entrada no Museu por doação ou depósito entre 1930 e 1940, os últimos exemplares deram entrada por legado de António Mesquita de Figueiredo em 1954).



Imagem XIV – Pormenor da Sala de Arte Religiosa com os ex-votos

Entre 1984 e 1993, o museu vai desenvolver uma grande variedade de exposições temporárias, essencialmente ligadas à divulgação de novos pintores e escultores, mas também com muitas atividades na área da leitura, mediante a associação à Biblioteca Municipal. Estas exposições vão apresentar, nalguns casos, um cariz itinerante, procurando-se levar as exposições à população das freguesias do concelho. Os serviços

educativos do Museu vão ter um papel muito importante nestas atividades, trabalhando não só com o público escolar (pré-primária, primárias e ensinos básico e secundário) mas também com públicos de outras faixas etárias.

Em 1993, o Museu Municipal da Figueira da Foz foi distinguido pela Associação Portuguesa de Museologia com o Prémio de Melhor Museu do Ano, reconhecendo-se o esforço do Museu e dos seus técnicos na preservação do discurso expositivo e temático do seu fundador.

Em 1994, o Museu Municipal Santos Rocha, celebra os seus cem anos de abertura ao público, com um estudo focado nas diferentes fases da vida do Museu, desde a sua inauguração na Casa do Paço, a 6 de Maio de 1894, até à sua abertura nas atuais instalações. Organiza-se uma exposição com diversos documentos e objetos que fazem parte do acervo original do Museu, complementando-se a comemoração do centenário com a publicação de um catálogo.

Ao longo destes anos, o Museu vem inaugurando exposições temporárias nos três espaços destinados a esse fim, deixando que a exposição permanente continue exposta da mesma forma, com a linguagem museológica original.

Uma vez que a cidade da Figueira da Foz está intimamente ligada às atividades marítimas, sentiu-se a necessidade de aproveitar outros espaços fora do edifício do Museu, com o objetivo de os transformar em extensões. Surgiram, assim, o Núcleo Museológico do Mar e o Núcleo Museológico do Sal.

6.2. Os novos núcleos museológicos do Museu Municipal Dr. Santos Rocha

6.2.1. Núcleo Museológico do Mar (2003)

De forma a reutilizar um edifício do século XVIII, antiga residência de Fernando Augusto Soares (1838-1918) benemérito buarquense (Buarcos) que *[f]undou escolas, praticou o bem, amou os pobres* (Folheto informativo da CMFF, 2014), foram realizadas algumas obras de recuperação e adaptação do edifício para albergar o Núcleo Museológico do Mar, inaugurado em Maio de 2003.

Este núcleo museológico tem como missão recuperar e divulgar as memórias históricas da atividade piscatória que era desenvolvida na Figueira da Foz e, principalmente, na freguesia de Buarcos, local onde se encontra implementado este equipamento.



Imagem XV – Fachada do Núcleo Museológico do Mar (Buarcos)

Apesar de ser uma casa de habitação, onde os visitantes têm de subir um lanço de escadas para chegar ao primeiro piso e às salas de exposição, quando o fazem podem visitar, através de miniaturas de várias naus, recriações em tamanho real de manequins de pescadores e varinas que retratam várias práticas piscatórias usadas nesta orla costeira. Os utensílios e vestes originais resultam de uma recolha local junto desta comunidade.

As salas estão divididas em três temáticas:

- a) Atividade piscatória: com conteúdos relativos à pesca, com destaque para os materiais de interesse etnológico (modelos, apetrechos marítimos, trajes, entre outros) que nos dão a identidade destas comunidades.
- b) Pesca do Bacalhau: recordam-se as práticas da conhecida “Faina Maior”, vulgarmente conhecida como a pesca do Bacalhau, atividade de extrema importância principalmente entre 1930 e 1970, com grandes frotas de navios, alguns oriundos dos Açores.
- c) Gentes do Mar e a Arte: conjunto de testemunhos orais e documentais do que era a Faina Maior, os seus perigos e a arte de ser pescador em mares revoltos e gelados.

A entrada no Núcleo Museológico do Mar é gratuita e é acompanhada por um funcionário do espaço museológico, que fornece a informação que não se encontra nas salas de exposição. Trata-se de salas com uma leitura museográfica simples, onde os materiais expostos são acompanhados por pequenas legendas informativas. Ao dispor do visitante, existe um folheto informativo do núcleo museológico.

6.2.2. Núcleo Museológico do Sal (2007)

O Núcleo Museológico do Sal é o núcleo mais recente, tendo sido inaugurado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz em 2007. Era já um desejo de longa data da autarquia criar um projeto de revitalização de uma salina, em que a extração/transformação do sal fosse realizada por meios tradicionais e tipicamente figueirenses.

Conforme podemos ler no folheto explicativo do Núcleo Museológico a missão deste equipamento cultural:

(...) baseia-se na ideia de que as salinas e o sal são uma actividade em que se cruzam múltiplos aspectos, históricos, etnográficos, paisagísticos, ambientais e económicos que devem ser abordados de uma forma integrada. (...) A inserção do Núcleo na marinha Corredor da Cobra constitui uma mais-valia notável, pois a água, o sal, a geometria dos talhos, o trabalho e o saber dos marnotos, entram pela exposição permanente, complementando o discurso expositivo. Por outro lado, a existência do armazém e os meios interpretativos nele existentes permitem, em conjunto com um percurso pedonal através das marinhas do grupo de Lavos, que a abordagem museológica se espraie pelos 3 espaços (marinhas, exposição permanente e armazém) que mutuamente se complementam. (Folheto da CMFF, 2007)

Este núcleo museológico está interligado na sua conceção ao conceito de “museu de ar livre”, não reunindo as condições necessárias para que possa ser encarado como um ecomuseu. Trata-se de um núcleo de ciência, onde os elementos que constituem o núcleo central são constituídos por vários materiais expositivos de cariz mais tecnológico, recorrendo-se a filmes e representações de elementos químicos e utensílios usados na produção do sal. Todos estes elementos expositivos foram

concebidos com fins educacionais e vocacionados para as visitas escolares com um circuito bem definido e explicativo de como se desenvolvem as diferentes atividades na produção do sal. Os visitantes podem aceder à salina, observar as aves típicas da região e entrar no armazém onde está o sal já refinado, previamente recolhido na salina por um trabalhador (marnoto) que se dedica a esta atividade.

Se um visitante individual quiser realizar uma visita com guia pode solicitá-lo no Museu Municipal. Além disso, existe a Rota das Salinas, um percurso pedonal de cerca de 4,5 quilómetros que os visitantes podem fazer à volta do estuário do Mondego, entre a parte norte (Vila Verde) e a parte sul (Laivos) com a ilha da Morraceira de permeio. Este percurso está devidamente assinalado na salina e é uma atividade que possibilita ao visitante apreciar a paisagem que se encontra entre a terra, rio e o mar.

É de salientar que este núcleo museológico tem a sua maior afluência na época da Primavera/Verão. O número de visitantes nestes meses e segundo o relatório de visitas relativas de 2013 foi de mais de 6.000 visitantes nacionais e estrangeiros.

Outro elemento atrativo para os visitantes é a possibilidade de adquirir na loja do núcleo museológico, vários artigos que contêm sal e flor de sal, originários da produção da salina, bem como, outros artigos alusivos aos marnotos e variantes de sal.



Imagem XVI – Panorâmica do Núcleo Museológico do Sal (Laivos)

7. As Reservas do Museu Municipal acessíveis/ visitáveis ao público (Maio 2014)

7.1. A conceção da ideia

Entre a data de abertura do Museu e 2014, todas as coleções e os equipamentos que ao longo dos anos deixaram de ser utilizados como material expositivo foram sendo guardados no espaço onde se encontram as reservas do Museu. Após alguns anos de recolhimento, em 2012, com a chegada da Dra. Ana Margarida Ferreira surge a ideia de reutilizar estes espaços e abrir ao público as reservas do Museu.

7.2. Colocar a ideia em prática

Para pôr em prática a ideia, foram necessários vários trâmites e um esforço enorme para que, em dois anos, se conseguisse que as reservas das coleções etnográficas, recolhidas e doadas essencialmente no século XIX pelo fundador do Museu, Dr. Santos Rocha, estivessem em condições de serem exibidas novamente. As reservas estão atualmente “divididas” em dois sectores: a coleção etnográfica e a sala de curiosidades. Mas o projeto engloba a ainda a possibilidade de realizar visitas às reservas de cerâmica, escultura e traje que atualmente ainda estão a ser tratadas para este fim.

A coleção etnográfica é composta por objetos genuínos que foram doados por particulares ao Museu. Estes objetos são provenientes de África (Angola, Moçambique) de Timor e do Brasil. Na sua maioria são lanças, flechas, esculturas em madeira e argila, artigos variados em tecido e utensílios do quotidiano dos “povos selvagens”, como eram apelidados no tempo das colónias ultramarinas portuguesas. Estes materiais estão expostos nas vitrinas de madeira do antigo Museu, peças de mobiliário mandadas construir de propósito para o Museu e para expor as suas coleções. São armários-vitrinas em cerejeira, mogno e castanho com linhas clássicas e geométricas simples. Alguns deles sofreram algumas intervenções de restauro mas, na sua maioria, necessitam apenas da limpeza de rotina.

O mesmo aconteceu com os objetos da sala de curiosidades. Exibidos porque eram importantes, apresentam-se com as etiquetas originais que os acompanhavam. Um dos objetivos principais na organização desta exposição consiste em dar a conhecer ao público a riquíssima coleção etnográfica original, catalogada no século XIX, juntamente com os armários-vitrinas seus contemporâneos.

Todas as vitrinas são da época (século XIX), exceto a que exhibe a armadura de um samurai (que foi devidamente intervencionada pelo Instituto José de Figueiredo e que a sua vitrina foi concebida para poder expor esta armadura única e de um valor incalculável). A vitrina está coberta para que só nas visitas às reservas esteja exposta à luminosidade, salvaguardando a sua integridade.

Outra peça que estará exposta só nestas visitas, é a Taça Salazar⁶, troféu em prata ricamente ornamentado ao estilo manuelino com motivos evocativos da epopeia marítima portuguesa e com uma efígie de António de Oliveira Salazar, que foi devolvida à Câmara Municipal da Figueira da Foz no verão de 1948 (Cascão, 2009, p. 567). Encontra-se resguardada na sua caixa de madeira original e só está exposta nas visitas guiadas programadas às reservas.

7.3. A inauguração e abertura ao público

As reservas foram oficialmente abertas ao público no passado dia 30 de Abril do corrente ano. A Dra. Ana Margarida Ferreira teve a amabilidade de fazer uma visita expositiva e explicar quais os conceitos e programa museológico que estão delineados para este fabuloso espaço.

⁶ Taça Salazar, um dos prémios das Regatas Internacionais no estuário do Mondego de remo. Foi considerada *“o mais rico e mais belo troféu da Europa”*. Executada no Porto (apesar que na sua base tem uma placa de uma ourivesaria da Figueira da Foz: Álvaro Artur), tendo um metro de altura e cerca de 22 quilogramas em prata ricamente ornada. A taça tinha sido ganha pela última vez pelo Londo Rowing Club e pensou-se durante algum tempo que tinha desaparecido durante a II Grande Guerra, acabou por ser encontrada num cofre de um banco em Londres onde foi devolvida no verão de 1948 à Figueira da Foz. (Cascão, 2009, p. 567)



Imagem XVII – Panorâmica das Reservas visitáveis

Foi estipulado que as visitas são realizadas todas as sextas-feiras e no último sábado de cada mês, a um grupo com um número máximo de vinte pessoas. A título excepcional podem ser visitadas por grupos escolares ou outro gênero de grupos, mas sempre com marcação prévia.

Englobando a visita às reservas etnográficas, temos a Sala de Curiosidades, espaço que guarda uma grande variedade de objetos de várias proveniências e que se encontram agrupados nas vitrinas (aqui podem estar protegidos por vidros ou não), de acordo com as suas características.

Está prevista a elaboração de um guião das reservas visitáveis e, mais tarde, a abertura da reserva do traje, da cerâmica e da escultura ao público. O princípio é o mesmo: mostrar as peças, mas com o cuidado de as proteger da ação dos visitantes e dos fatores ambientais, aproveitando ao mesmo tempo o equipamento expositivo do Museu do século XIX e XX. Não se trata de uma tentativa de recriar os espaços tal como existiam no antigo Museu, mas de reaproveitar, de forma lúdica e pedagógica, esses equipamentos, nunca colocando de parte a possibilidade de integrar algumas peças das coleções em equipamentos de linguagem atual acondicionando preventivamente os materiais.



Imagem XVIII – Reserva da Sala de Curiosidades

Considera-se que a abertura destas reservas representam o fechar de um ciclo de 120 anos, nos quais sobressaem determinados “momentos” que se constituem como momentos de mudança, de definição, de posicionamento. O Museu Municipal Dr. Santos Rocha é um exemplo perfeito de um museu fundado por uma figura ilustre de uma cidade longe da capital, embora muito rica no plano cultural. A associação do turismo (neste caso a praia e os casinos) à cultura estiveram foi sempre muito bem-sucedida e fez com que a Figueira da Foz fosse um exemplo no panorama nacional museológico, conseguindo salvaguardar e impulsionar, ao longo de três séculos, o Museu da sua comunidade, o seu património e identidade.

Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é futuro do passado, e o mesmo presente é o passado do futuro. (Padre António Vieira)